



**Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH)**

Alexsandro Barbosa do Nascimento

**OS BASTIDORES DE 1817 EM PERNAMBUCO: uma análise das
camadas populares em lugar de protagonismo na revolução**

RECIFE

2024

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (CFCH)
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

ALEXSANDRO BARBOSA DO NASCIMENTO

**OS BASTIDORES DE 1817 EM PERNAMBUCO: Uma análise das
camadas populares em lugar de protagonismo na revolução.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de História da Universidade Federal de Pernambuco como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de licenciado em História.
Orientador: Prof. Dr. Paulo Henrique Fontes Cadena.

RECIFE

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Nascimento, Alexsandro Barbosa do.

OS BASTIDORES DE 1817 EM PERNAMBUCO: uma análise das camadas populares em lugar de protagonismo na revolução / Alexsandro Barbosa do Nascimento. - Recife, 2024.

38 p.

Orientador(a): Paulo Henrique Fontes Cadena

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, História - Licenciatura, 2024.

Inclui anexos.

1. Revolução de 1817. 2. Pernambuco. 3. Povo. I. Cadena, Paulo Henrique Fontes. (Orientação). II. Título.

980 CDD (22.ed.)

ALEXSANDRO BARBOSA DO NASCIMENTO

OS BASTIDORES DE 1817 EM PERNAMBUCO: Uma análise das camadas populares em lugar de protagonismo na revolução.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de História da Universidade Federal de Pernambuco como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de licenciado em História.

Trabalho aprovado em: 26/03/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Henrique Fontes Cadena (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. José Marcelo Marques Ferreira Filho (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Jucieldo Ferreira Alexandre (Examinador Externo)
Universidade Federal do Cariri

OS BASTIDORES DE 1817 EM PERNAMBUCO: Uma análise das camadas populares em lugar de protagonismo na revolução.

Alexsandro Barbosa do Nascimento¹

Resumo: O objetivo do presente trabalho é discutir a inserção e a participação das camadas populares na revolução de 6 de março de 1817 em Pernambuco, a qual foi um dos movimentos pilares para a construção da independência brasileira. A princípio, iremos nos focar nas camadas populares de maneira geral, fazendo uma análise da maneira as quais se encontravam as tensões e insatisfações que pairavam na província bem como procuraremos investigar as relações entre a elite aristocrática e as gentes simples dentro da revolução, e a forma que essas acabam sendo vistas como alienadas, ainda que existam motivações pessoais que as levam a insurgir-se. Após isso, iremos afinar nossa discussão para a questão do negro dentro da revolução e suas motivações, uma vez que este compunha considerável parte da população pernambucana menos abastada. Nesse sentido, procuraremos colocar em pauta algumas figuras de destaque dentro do movimento. Ainda, teceremos uma reflexão sobre o lugar da revolução de 1817 dentro do cenário nacional e a importância dos pontos que foram aqui levantados dentro dos espaços educativos sobre o episódio, enfatizando que a história precisa ser plural e não aceitar discursos absolutos sobre algumas temáticas. Para isso, utilizaremos fontes do Arquivo Histórico Ultramarino e dos documentos contidos na coleção Documentos Históricos da Biblioteca Nacional.

Palavras-chave: Camadas Populares; Classe; Elite; Revolução; Pernambuco.

¹ Discente do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Email:alexandro.barbosan@ufpe.br.

Abstract: The objective of this present work is to discuss the insertion and participation of the popular strata in the revolution of March 6, 1817 in Pernambuco, which was one of the pillar movements for the construction of Brazilian independence. At first, we will focus on the popular strata generally speaking, making an analysis of how the tensions and dissatisfactions that hovered in the province were found, as well as we will also try to investigate the relations between the aristocratic elite and the simple people within the revolution, and how they end up being seen as alienated, even if there are personal motivations that lead them to rebel. After that, we will narrow our discussion to the question of blacks within the revolution and their motivations, since they made up a considerable part of the less affluent population of Pernambuco. In this sense, we will try to put on the agenda some prominent figures within the movement. It will also reflect on the place of the 1817 revolution within the national scenario and the importance of the points that were raised here within the educational spaces about the episode, emphasizing that history needs to be plural and not accept absolute discourses on some themes. For this, we will use sources from the Overseas Historical Archive and the documents contained in the Historical Documents collection of the National Library.

Keywords: Popular Strata; Class; Elite; Revolution; Pernambuco.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	A POPULAÇÃO E A ELITE: A PERCEPÇÃO DOS MENOS ABASTADOS E A IDEIA DE CLASSE EM MEIO AO CONTEXTO DE DEZESSETE.....	10
3	ENTRE MEDOS E EXPECTATIVAS: A QUESTÃO DE COR DENTRO DA CONJUNTURA DA REVOLUÇÃO.....	17
4	OS ESQUECIDOS NA DATA MAGNA: A FALTA DA AMPLA DIFUSÃO DAS FIGURAS POPULARES NA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL SOBRE DEZESSETE..	24
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	31
7	DOCUMENTOS.....	34
8	ANEXOS.....	35

1. Introdução

No apagar das luzes do século XVIII e início do XIX, observaram-se eventos significativos ocorridos no Brasil. Nesse sentido, temos como exemplo a Inconfidência Mineira em 1789 e a Conspiração pernambucana em 1801, a qual Guilherme Pereira das Neves (2010 apud. Cadena 2011 p. 21) trabalha de forma mais aprofundada. Desse modo, este último episódio não tem a mesma proporção de domínio popular que tem o das Minas Gerais, não chegando às vias de fato como ocorreu na região mineira. Tal evento, acabou por ficar apenas nas conspirações e ensaios partindo da idealização de liberdade na época em efervescência na França e que atingiu de certa forma a elite intelectual e econômica brasileira (Documentos Históricos, 1955, v. CX, p. 3). Nesse sentido, é válido afirmar que as bases do colonialismo português em terras brasileiras estavam de certa forma um tanto enfraquecidas. Apesar dos esforços da metrópole lusitana em abafar exemplarmente os espasmos do fim do domínio português, a questão já era bem latente. Dessa forma, tal ideia seguiu na cabeça das pessoas e foi fomentada nas duas primeiras décadas do XIX, com as arbitrariedades cometidas pela coroa em favorecimento de seus contrarrevolucionários. Sendo essas em vários âmbitos, tendo como exemplo as patentes militares mais altas e os melhores empregos civis, que geralmente ficavam a cargo dos colonos portugueses (Villata, 2003).

Ainda, a chegada da família real em 1808 impactou nas expectativas desde os estratos mais altos, almejando estreitamentos relacionais com a realeza, até quem estava nas camadas populares, alimentando os burburinhos nas praças, nas igrejas e nos diversos espaços de convivência da população menos abastada, pequenos mercadores, negros livres, escravizados, enfim, gentes do povo (Lima, 1905). Com relação à igreja, essa continha alguns religiosos que se portavam enquanto nascedouro dessas ideias em Pernambuco, temos documentações disponíveis referentes aos processos sofridos por padres tidos como agitadores e difusores do sentimento revolucionário que emergiu em 1817, como foi o caso do Padre José Inácio de Brito (DH, 1954, v. CIV, p. 57), e muitos outros.

Sendo assim, é pertinente enfatizar como os espaços de sociabilidade, como por exemplo, os templos religiosos, contribuíram significativamente durante a revolução para inteirar a parcela da população lida aqui como gentes do povo, as quais se encontravam pequenos mercadores, homens livres, trabalhadores urbanos, enfim, pessoas que estavam fora do anel elitista pernambucano. Dessa maneira, pode-se afirmar que as pessoas comuns não estavam alheias às mudanças que viriam a acontecer no que posteriormente tornar-se-ia Brasil. Logo, durante os anos que se sucederam a partir da chegada da família real, foi se avolumando um sentimento de insatisfação e desilusão encabeçado principalmente pela elite dominante da província.

Ainda nesse contexto, vale salientar como estava inserida a figura do negro escravizado que, forçado a aderir às forças revolucionárias, levava as motivações do seu senhor para a linha de frente da revolução, o qual compunha a parcela vista como “massa popular”. Dessa maneira, tais agentes tiveram a sua importância dentro desse contexto juntamente com outros segmentos da população, e tinham suas motivações próprias que cabem aqui serem contempladas. Nesse sentido, em cada movimento político é evidente a importância das figuras que se destacam como grandes líderes das revoluções, estes, em maioria, pertencentes a uma camada mais abastada da sociedade. Porém, é válido ressaltar a importância da participação popular ou da “populaça” como coloca Glacyra Lazzari Leite (1984) nessas transformações. Dessa maneira, o sentimento de pertencimento à nação recém-nascida tomou conta das pessoas dos estratos mais baixos nas ruas após a efêmera vitória, ponto esse levantado pela autora supracitada. Assim sendo, pode-se dizer que boa parte das camadas populares estavam de certa forma cientes e inseridas no processo. Contudo, a partir da análise historiográfica do episódio, descortinam-se as reais relações entre a camada dominante pernambucana insurgente e a alguns agentes da população menos abastada que, mesmo tendo sido fundamental para dar corpo e voz à revolta contra o regime realista e, conseqüentemente, o governador Caetano Pinto, não era bem-quista, quiçá, participativa nas decisões políticas que se sucederam a partir do afastamento do governo intermediário de Dom João VI.

Se tratando da historiografia e das fontes acerca da revolução, essas são bastante diversas e variáveis de narrativas. Nesse sentido, temos as “Notas Dominicais” de L. F. Tollenare, que fora escrita na época de sua estadia no Brasil no

início do século XIX e publicada posteriormente (1905) com tradução de Alfredo de Carvalho. A obra revela o olhar do viajante europeu para com o fato ocorrido em Pernambuco e sua repercussão pelo Nordeste, naquela época, vista como norte. Ainda, o Monsenhor Francisco Muniz Tavares em seus escritos “História da Revolução de Pernambuco em 1817”, lançado originalmente em 1840, também faz contribuições significativas acerca dos relatos disponíveis da revolução, sendo um dos principais documentos do episódio. Nesse sentido, o religioso nos traz pormenores dos bastidores do episódio que são extremamente importantes para o entendimento das questões sociais estabelecidas durante o período. Exemplo disso, é uma passagem de suas observações em que ele relata o tipo de tratamento dado aos prisioneiros da revolução a partir da sua camada social, questão essa que procuraremos trabalhar mais a fundo durante o desenvolvimento do presente artigo. Diante disso, podemos inferir o lugar que era relegado aos insurgentes das camadas populares. Os historiadores que produziram acerca da revolução de 1817 nos dão o vislumbre do quão importante tal movimento foi para começar a se delinear uma realidade que cinco anos depois se concretizou, com a emancipação política do Brasil. No entanto, há controvérsias acerca disso, uma vez que Evaldo Cabral de Mello em sua obra “A Outra Independência: Pernambuco, 1817-1824” (2004) defende a ideia de que as reivindicações e ataques de alguns insurgentes não eram homogêneos e endereçados exatamente ao sistema colonial em si, mas sim ao governador da província. Mello também tem um olhar - ao menos na obra analisada - bastante elitista que se atém apenas a observar os grandes jogos políticos da aristocracia e as quedas de braço entre os realistas e os revolucionários. Nesse sentido, Carlos Guilherme Mota, em sua obra “A ideia de revolução no Brasil” (1979) também traz essa perspectiva que paira sobre essa parcela da população insurgente, ainda que em “Nordeste, 1817” (2021), este vá dar a devida atenção às camadas populares, revelando o que consideramos certa evolução no seu olhar histórico para o episódio.

Sendo assim, aqui procuraremos, através da escassa documentação específica sobre a temática, buscar entender a inserção e a participação das camadas populares dentro da dita “devassa” de 1817 em Pernambuco. Dessa forma, iremos nos apoiar principalmente nas fontes encontradas na coleção “Documentos Históricos” da Biblioteca Nacional e no Arquivo Histórico Ultramarino, o qual o acervo está contido no Projeto Resgate, cruzando estas com a vasta

historiografia disponível sobre o episódio. Dito isso, no presente trabalho temos o intuito de compreender o comportamento destas pessoas menos favorecidas no processo. Além disso, é importante problematizar a ideia de “soberania popular” e “povo” difundida durante a revolução, uma vez que existia uma contradição acerca da “vontade popular”. Também procuraremos dentro do presente estudo, refletir sobre a questão da memória educativa desse episódio e os apagamentos que ele sofre. Dessa maneira, procuraremos analisar, no presente estudo, os choques de interesses bem como os diversos tipos de indivíduos que tinham seus objetivos no cenário da investida pernambucana frente a soberania realista, refletindo, ainda, como tal episódio se cristalizou no imaginário popular. Portanto, para chegarmos às nossas conclusões, utilizaremos os ensinamentos de Carlos Ginzburg em seu livro “Mitos, emblemas e sinais”. Pensamos que os rastros deixados nas documentações são uma forma de compreendermos os sinais do passado em interpretação.

2. A população e a elite: a percepção política dos menos abastados e a ideia de “classe” em meio ao contexto de dezessete

Na Inglaterra, em fins do século XVIII e início do XIX, eclodiram levantes populares motivados pela escassez de alguns produtos como o trigo e também devido a sua elevação abusiva de preço; tal episódio ficara conhecido como “motins da fome”. Edward Palmer Thompson (1998) expõe que o curioso nesses acontecimentos era como existia uma certa organização desses movimentos motivada pelos interesses de uma “classe”, sendo essa a menos abastada e conseqüentemente afetada pelas decisões das autoridades locais e menos favorecida em detrimento da elite. Nesse sentido, não existia exatamente uma consciência genuinamente política, ainda que esta não estivesse totalmente ausente dentro deste contexto, mas não era o fator principal, sendo esse simplesmente a defesa dos interesses dessas pessoas e do bem comum.

Numa perspectiva comparativa, é possível vislumbrar a realidade pernambucana, de certa forma, a partir do contexto da revolução de 1817 dentro das experiências as quais se passaram na Inglaterra quando falamos de uma parcela da população menos abastada, uma vez que em solo recifense ao contrário

do que foi descrito por Tollenare ao qual dizia que “o povo não tomava parte alguma na insurreição” (Tollenare apud. Mello, 2004 p. 39), existia uma adesão visível dos populares os quais tinham suas expectativas dentro da revolução, com leitura própria dos eventos, e abraçaram a causa de tal modo a ponto de intimidar a elite a qual os tinha instigado e convidado para a defesa do projeto de nação. Prova disso é que, segundo Leite (1984 p. 36), a população parecia já estar à espera de um acontecimento dessa natureza, uma vez que, segundo a autora, os sinos das igrejas convocaram o povo, e este respondeu, surgindo como se já estivessem à espera algo, já que fora observada toda tensão que corria pela cidade. Acerca do que Leite (1984) afirma, pode haver controvérsias, uma vez que os sinos dos espaços religiosos eram tocados a qualquer momento, não podemos ter a certeza de que as pessoas interpretaram isso de tal forma a pensar que era um sinal do motim. No entanto, é cabível quando a autora nos fala que estes observavam as movimentações e não estavam totalmente alheios a elas.

Dessa maneira, o que pode-se inferir da leitura do viajante francês frente aos acontecimentos daquele 6 de março de 1817, é que sua visão eurocêntrica não lhe permitia enxergar as condições de um espaço de dominação dentro de um sistema colonial, pois deve-se levar em conta como a Revolução Francesa foi um destacável símbolo da luta popular, tendo uma massiva adesão. Então, é provável que Tollenare tenha feito essa comparação frente a uma população que ele acabou por considerar tímida diante das movimentações da sua província, questão essa que é interpretada também dessa maneira por Mota (2021). No entanto, como foi visto, existiu considerável aderência dessa parcela da população pernambucana à revolução. Então, a partir disso, podemos interpretar que a “população” tinha uma leitura do que se passava no cenário político em certo grau, e, além disso, tinha insatisfações que, dependendo do grupo que pertencia, acabavam convergindo com as insatisfações da elite que encabeçara a conflagração.

Nesse contexto, um dos principais fatores que motivou tal insatisfação foi a questão da crise agrária sofrida no início de 1817 motivada por questões como a desvalorização da terra e a seca sofrida no ano anterior.² Nesse sentido, diversos

² Os fatores econômicos que desembocaram numa total insatisfação da elite pernambucana frente ao governo realista são diversos. No entanto, não é nosso foco aqui tratar de forma detalhada desses entraves que vitimaram a economia da província, mas sim, como eles se tornaram a força motriz de uma revolta que se delineava há tempos. Mesmo porque, já existem estudos que trabalham exaustivamente tais questões e já estão inclusos neste texto e tratam do assunto com a devida

proprietários de terra e até mesmo comerciantes de grande e pequeno porte se viram numa situação calamitosa e pouca ação da coroa portuguesa, agora instalada no Brasil, o qual outrora teria Pernambuco como uma província que lhe proporcionou considerável prosperidade econômica, questão essa que fora contribuinte para as tensões que chegariam. Além disso, a crise motivou a necessidade de importações de produtos de subsistência de outras províncias, os quais estavam encarecidos devido a problemas políticos (Villalta, 2003). Ainda, os setores populares eram atingidos com tais implicações, sendo a fome provocada por essa série de problemas, fator esse que derramou querosene na fagulha de uma revolta iminente, tal como vimos nos episódios que foram narrados por Thompson (1998). Além disso, Antônio Manuel Hespanha (2010) em seu texto *Antigo Regime nos Trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português* também explica como a opressão colonial fomenta a ideia da revolução:

Do ponto de vista das elites coloniais, um império absoluto, centralizado e opressivo, justifica mais diretamente uma eterna celebração da própria identidade, da revolução emancipadora, constituindo mais um fator de autoconfiança da nova pátria. Isso permitiu apresentar a independência como uma luta heróica contra o mau governo estrangeiro, bem como desresponsabilizar-se das causas dos infortúnios pós-coloniais, remetendo-os para a responsabilidade dos colonizadores estrangeiros (Hespanha, 2010 p. 48).

Dessa maneira, Hespanha (2010) nos faz enxergar como a negligência e a opressão colonial acabam tendo certa manutenção no governo recém-instalado, o qual se propunha dar uma nova roupagem à gerência pública. Nesse sentido, fica fácil controlar quem está em baixo e sendo vitimado pela pobreza e a má administração, uma vez que tudo é atribuído à regência anterior. Sendo assim, interessa às elites a manutenção de certas configurações, uma vez que, agora, ela quem está com as rédeas e pode tirar proveito para si dessas conjunturas. Ainda, a partir do que nos ensina o autor, é possível analisar que muitas dessas revoltas expressam um vasto rol de sentimentos de raiva: antifiscalismo, ganância por cargos, animosidade contra reinóis, sentimentos de terem sido esquecidos pelo rei, localismos de diferentes graus e escopos, tensões entre redes sociais dentre outras

riqueza de detalhes, são eles: *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824* de Evaldo Cabral de Mello e *A Insurreição Pernambucana de 1817* de Glacyra Lazzari Leite.

questões que pairavam naquela época durante a estadia de Dom João VI no Brasil. (Hespanha, 2010)

A quase que imediata rendição das tropas a serviço do governador Caetano Pinto e a tomada de Recife pelos rebeldes foi motivo para agitação popular e entusiasmo das pessoas que deram corpo e voz à revolução. Sendo assim, “O povo se tornou Soldado, e protector dos Soldados, porque eram brasileiros como elles” (DH, 1953 v. CI, p. 15). Tal questão, no entanto, acendeu um alerta na elite rebelde, uma vez que existia o perigo de tal euforia sair de seu controle e de fato a soberania popular, tão colocada em pauta como motor da revolução, se voltar contra quem queria tomar as rédeas da administração política da antiga província:

A presença da massa popular nas ruas constituía o objeto de inquietação para os rebeldes. Essa presença e essa inquietação é destacada tanto em depoimentos de rebeldes como de realistas. Ambos os lados relatam que havia uma ‘algazarra’ pelas ruas, onde se ouviam gritos de ‘Viva a Pátria e morra marinheiro’ (Leite, 1984 p. 39).

Nesse sentido, pode-se perceber, a partir de certa análise, a hipocrisia da elite pernambucana em se valer de conceitos como “soberania popular” e “bem comum” quando na verdade tais pessoas menos favorecidas serviam, na visão destes, de massa de manobra. No entanto, reiterando o que aqui já foi posto, as pessoas das camadas não abastadas que se envolveram em Dezesete tinham suas motivações pessoais e seu próprio ideário de “liberdade”, o qual foi tão posto em pauta pela elite. Dentro desse contexto, Wanderson Édipo França (2015) expõe que a ideia de “povo” e “nação” não devem ser enxergadas como ideias uníssonas dentro da revolução, uma vez que, por exemplo, existiu uma exclusão dos analfabetos das representações políticas, a partir do momento em que o governo provisório fora instaurado. Dessa maneira, considerando as taxas alarmantes de analfabetismo no início do XIX, fica vítreo as intenções de hegemonia política da aristocracia pernambucana.

Nesse contexto de euforia popular para com as movimentações políticas vistas no espaço urbano do Recife, existe um fator que foi determinante para que o controle da população a favor da causa fosse garantido, que era o religioso. Prova disso, é a carta de Francisco de Sales Curado endereçada ao Patriota Padre Antônio de Albuquerque, o qual ressalta a importância de “...conciliar os ânimos das classes heterogêneas que habitam este país.” (DH, 1953 v. CI, p. 125). Dessa

forma, podemos perceber o papel fundamental de alguns padres no que podemos chamar aqui de certa forma de “conscientização política” e no ato de direcionar a população aos interesses da elite revolucionária. Nesse sentido, existem também diversos inquéritos sofridos por padres acusados de coação e agitação dos populares, dando ênfase à como também foi difundido o movimento como “revolução dos padres”, além do amplamente conhecido Frei Joaquim do Amor Divino Rabelo Caneca, tivemos outros religiosos que contribuíram com a causa rebelde. Exemplos disso, são os padres José Gonçalves Ourique, preso em 2 de agosto de 1817, acusado de “Ler à missa uma carta do Padre Virgínio e a proclamação que este lhe mandou”; e o religioso Virgínio Roiz Campelo, preso em 16 de Maio de 1817, “acusado de que louvava e aprovava o sistema revolucionário e persuadia o povo ao mesmo”. (DH, 1954 v. CIV, p. 57-58).

Nesse sentido, percebendo os clérigos que aderiram à revolução, devemos recordar o que disse Antônio Jorge Siqueira na obra “Os padres e a teologia da ilustração. Pernambuco – 1817”: “Não é tarefa fácil se ter uma ideia exata dos eclesiásticos efetivamente envolvidos na insurreição de 1817”. Claro: nem todo o clero das localidades envolvidas no movimento de 1817 aderiu ao processo. Mas lembremos: “Cada um daqueles padres, ao se engajar na luta, está disposto a envidar todos os esforços e dar o melhor de si na consecução dos ideais libertários e patrióticos” (Siqueira, 2022).

Além disso, dessa vez indo um pouco a fundo nessas questões do imaginário de “felicidade geral da nação”, as proclamações feitas pelo governo provisório de Pernambuco sempre procuraram dar a ideia de pertencimento aos povos das camadas mais populares. Desse modo, podemos inferir que tal movimento se baseia numa tentativa de não ter de lidar com uma “...fera acuada que a qualquer momento poderia se rebelar” (França, 2015, p. 24). Prova disso, são os ditos no documento em que estavam contidos os “direitos naturais, civis e políticos do homem”, o qual diz logo no seu primeiro artigo que tais garantias são “a liberdade, a igualdade, a segurança, a prosperidade e a resistência à opressão” (AHU_ACL_CU_015, Cx. 278, D. 18736). Diante disso, vale questionar a quem estavam endereçados verdadeiramente tais direitos, uma vez que o próprio governo provisório, autor de tal proclamação, já tivera ido de encontro às determinações excluindo politicamente parte significativa da população na nova “nação”.

Atrelado a essas ideias, há também a questão de “classe” dentro desse contexto. Nesse sentido, Mota (2021, p. 92-93) explica que tal terminologia fora encontrada primeiramente nas documentações em fins do século XVIII, mencionada por Basílio de Brito Malheiros do Lago, na época delator de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, como é amplamente conhecido. Nesse sentido, veremos a aparição de tal palavra de forma mais latente nas convocações dirigidas ao povo durante 1817, termos como “povo de todas as classes” e “o povo no exercício da soberania” eram bastante utilizados numa tentativa de legitimar um governo que se valia da força das camadas populares, e que, teoricamente governa de mãos dadas com estas. No entanto, vemos previamente como tais ideias entraram em contradição durante o efêmero governo provisório da república de Pernambuco.

Nesse sentido, partindo do ideário de classe tão difundido dentro da conjuntura de dezessete, este pairava não de forma transversal que ia da elite à população, mas num sentido bastante horizontal, contemplando setores dominantes já conhecidos da sociedade brasileira à época. A configuração proposta pela nova administração da recém-nascida nação previa a participação de “diferentes classes”, porém, segundo Mota (2021, p. 97) “O governo provisório ficava constituído de um representante eclesiástico, por um representante militar, por um representante da magistratura, por um representante da agricultura e por um representante do comércio.”

Dentro desse contexto, ainda que o governo que fora recém-inaugurado não lesse o povo das camadas menos abastadas enquanto classe digna de ser considerada dentro da sua conjuntura. Diante disso, há documentações no escasso material que é destinado a essa temática em específico, que categorizam a “população” em carta enviada ao rei de Portugal. Nesta, uma testemunha ocular de dezessete exprime suas impressões acerca da configuração social em que se encontrava Pernambuco. Ela relata que “todas as cidades originalmente se ocupam de quatro classes de gente, a saber: militar, clero, comércio e população”. (DH, 1955, v. CVII p. 245). A partir da interpretação da testemunha europeia sobre a organização social em que se encontrava a antiga província, abre-se uma possibilidade de interpretação - a qual provavelmente pode ser pauta para muitos debates - que nos permite pensar que esta considerava as gentes do povo uma classe a partir da visão comparativa do que ela lia como plebe.

Além do significado político, visto que impactou nas participações de decisões governamentais, a ideia de classe também teve sua relevância nos processos do pós-revolução. Nesse sentido, uma vez dada a ordem de repressão e abafada a revolução, podemos analisar dezessete a partir da perspectiva de como se sucederam as punições para os seus conspiradores e agitadores. Dessa maneira, da mesma forma que as camadas mais altas usaram os estratos mais baixos da população como bucha de canhão, as punições após a agora dita “devassa”, para estes, também foram mais severas.

A partir do que já fora exposto, vimos que o conceito de classe acabou por ser bastante reverberado dentro da revolução. Sendo assim, segundo o “Dicionário da Língua Portuguesa” da época escrito por Bluteau e Silva (1789), dentre as definições de “classe” está que tal termo é uma “ordem de distribuição sistemática”. Nesse sentido, os escritos contidos nos relatos do Monsenhor Francisco Muniz Tavares acerca das experiências vividas na prisão da Bahia para a qual foram conduzidos os revolucionários, desnudam a aplicabilidade do conceito em questão àquela época. No documento que é uma das bases para o entendimento da revolução, Tavares (2017) relata a situação precária dentro do cárcere que ficava na Bahia, descrevendo desde as condições da cela, a qual tinha “as paredes esfumaçadas e sem reboco, um pavimento juncado de uma crosta pegajosa” (Tavares, 2017, p. 474.) até a alimentação a qual estavam submetidos. No quesito da alimentação dos detentos, essa, segundo ele, consistia em

Um pão de vintém para almoço; ao meio-dia dentro de um prato de barro, que por muito uso tinha a cor negra, dois punhados de farinha, originalmente de tulha umedecida com água, coroados com três polegadas quadradas de carne seca (dita do Ceará) ou de vaca muquiada, eis a pitança para cada um dos míseros (Tavares, 2017 p. 476).

Assim sendo, começou-se uma apelação às autoridades, a fim de melhores condições prisionais, com a intenção de tornar o cárcere dos “homens distintos” mais tolerável. Nesse sentido, conforme a descrição do autor, fora concedido uma melhora no tratamento alimentar dos detentos, foi então feita uma visita aos presos pelo ajudante de ordens Ignácio Monteiro de Barros, o qual recolheu e ouviu as queixas de todos, comunicando ao Conde de Palma. Dessa maneira, a tarefa de prover melhores condições alimentícias aos presos foi incumbida ao capitão F. de Boaventura Ferraz, citado pelo religioso, o qual redigiu um bilhete a esses vos

pedindo para “dividirem-se em classes”. Nesse sentido, Tavares irá descrever a confusão dos envolvidos para desvendar como se aplicaria tal palavra dentro do contexto em que eles estavam inseridos na ocasião. Com o avançar do relato do religioso, fica claro, nas nossas interpretações, como os revolucionários entendiam o conceito do termo, uma vez que estes dividiram-se da primeira classe que contemplava a aristocracia, a segunda contemplando a classe militar e clériga e a terceira “compreendia todo bicho careta que não cabia nas duas primeiras” (Tavares, 2017. p 482).

Dessa maneira, a intenção de tal divisão tinha o objetivo de ordenar a condição e a abundância da comida servida dentre os indivíduos dessas “classes” improvisadas dentro daquele espaço amostral. Diante disso, descortinam-se o orgulho aristocrático e a hipocrisia de homens que bradavam por igualdade de direitos e “bem comum”, como vimos no primeiro artigo de proclamação dos direitos naturais. Tal fato provocou indignação de certos prisioneiros, devido ao fato de os colocados na 3ª classe não concordarem com tais rebaixamentos arbitrários, como foi o caso de dois oficiais do Regimento Henrique Dias (Mota, 2021). Sendo assim, seguindo a linha de raciocínio de Manuel de Oliveira Lima (In Tavares, 2017), é incrível que homens que se tornaram mártires pelo mesmo propósito e “nivelados pela mesma rasoura” tivessem ainda pensamentos dessa natureza diante de todos os mal bocados que passaram juntos. Assim sendo, se homens brancos eram tratados dessa maneira tanto pelo sistema carcerário como pelos seus companheiros de prisão, que dirá os homens pretos envolvidos no movimento. Nesse sentido, vejamos a inserção dessa parcela significativa da população na revolução.

3. Entre medos e expectativas: a questão de cor dentro da conjuntura da revolução

Em 1814, em Pernambuco, correu um boato pela província sobre a possibilidade de estourar um levante protagonizado pela negra no dia 27 de Maio. O que se falava pelas ruas era acerca de uma manifestação que iria ocorrer no dia 29, dia de Corpus Christi. A escolha do dia, segundo França (2014), não fora arbitrária, uma vez que aos domingos e sobretudo em datas comemorativas, a vigilância sobre os escravizados se abrandava, questão essa que dava brecha para tal

movimentação. Ainda dentro desse contexto, somava-se a isso a presença de alguns ajuntamentos que eram formados por homens negros, questão essa que gerava algumas controvérsias dentro do espaço urbano, uma vez que os homens pretos que possuíam seu próprio dinheiro e tinham liberdade de vagar pela cidade causavam certa insatisfação em grande parte da população branca. (Araújo, 2007).

3

A partir dessa situação, a mão legalista pesou sobre as expectativas da população de cor deslumbrada com a ideia de liberdade, uma vez que existia um grande temor de uma revolta escrava, isso porque, estes representavam uma parcela significativa dentro da província. Prova disso é o contingente populacional de Pernambuco a época, o qual consistia em 391.986 pessoas, sendo dessas, 42% de negros e mestiços livres (Silva apud. França, 2015, p. 27). Dessa maneira, o então governador Caetano Pinto tratou de repreender os envolvidos, inclusive o delator desses, Domingos do Carmo, um alforriado que gozava da posição de capataz. Nesse sentido, Clara Maria de Araujo (2007) argumenta que este veio a fazer a denúncia a fim de ganhar a confiança e conseqüentemente uma patente que lhe concedesse controle dos subordinados negros dos ajuntamentos. No entanto, o que Domingos do Carmo, também conhecido como Rei do Congo não contava, era que a sociedade escravista brasileira a essa altura baseava-se num sistema em que o negro era enxergado e generalizado praticamente como uma ameaça iminente, dado os acontecimentos no Haiti e na Bahia. Sendo esse último, porém, não tão estudado, tratando-se de um levante que teve espasmos desde 1807 com uma tentativa de revolta por parte de escravizados trazidos do Sudão para a Bahia, depois em 1809 com uma fuga em massa de escravizados, e culminando numa revolta num domingo de fevereiro de 1814 (Reis, 2014). A partir de tais acontecimentos, pode-se vislumbrar o temor que tomou conta da sociedade escravista Recifense com a ameaça de um levante na província. No entanto, Araújo (2007) argumenta que houve um equívoco de comunicação, não se tratando de uma revolta de escravizados, mas sim de capatazes insatisfeitos com algumas arbitrariedades do governo de Caetano Pinto. Ainda, a autora nos esclarece que tal

³ Para ter uma dimensão mais ampla acerca do sentimento de temor da sociedade escravista brasileira e ter acesso a relatos e denúncias da época sobre a suspeita de insurgentes pretos ver: ARAÚJO, Clara Maria de. Governadores das Nações e Corporações: cultura política e hierarquias de cor em Pernambuco (1776-1817). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007, pp. 45-56.

movimentação é um ponto fulcral para se compreender a autonomia dos pretos livres que gozavam de determinadas posições dentro dos espaços urbanos.

No contexto da revolução, as camadas populares, como aqui já fora posto, tiveram papel fundamental no que diz respeito ao volume de força militar para dar cabo das tropas legalistas. Dentro desse bojo, quando falamos de “populares”, França (2015) nos dá uma visão de que é quase que impossível dissociar esse conceito da população de cor, seja ela livre, escravizada ou alforriada envolvida na revolução. Ainda, segundo ⁴relato de uma testemunha ocular da revolução, essa relata que a população menos abastada inserida no processo “...se compõe geralmente de mulatos, negros, etc., entusiasmada com a palavra liberdade” (DH, 1955, v. CVII p. 246). Desse modo, a figura do preto, seja ele escravizado ou livre, foi bastante recorrente durante os processos da efêmera emancipação pernambucana das garras realistas de Portugal.

Dentro da conjuntura da revolução, existiam muitas insatisfações por parte principalmente dos homens de cor livres. A sistemática da distribuição de cargos militares fora um dos principais motivos de tensões entre as camadas internas dessa instituição, uma vez que as tropas de linha geralmente ficavam a cargo dos portugueses, enquanto as tropas auxiliares estavam destinadas aos colonos da terra (Leite, 1984). Nesse sentido, Villata (2003) aponta que mesmo dentro das tropas auxiliares existiam outros atritos entre os brancos, geralmente com as patentes de comando e os negros, relegados às patentes mais baixas. Esses, por sua vez, travavam uma clara disputa desleal visto que entendemos o contexto altamente desfavorável que os homens de cor estavam inseridos, fomentando assim o sentimento de descontentamento desses indivíduos vítimas do sistema de uma sociedade escravista.

Indo um pouco a fundo dentro dessa questão dos ajuntamentos dos homens negros e pardos, vale salientar que os recrutamentos poderiam ou não ser forçados. Dessa maneira, o ato de voluntariar-se para servir as tropas do estado muitas vezes era motivada devido à expectativa desses indivíduos a mudarem sua realidade, claro, na medida do possível, visto a época e o contexto em questão. Nesse

⁴ O termo “de cor” não é usado neste trabalho de forma leviana ou preconceituosa, alguns dos trabalhos citados usam tal expressão como forma de abranger toda a população negra que era cativa, alforriada, livre ou assimilada pela sociedade e tinha alguma posição, tais como os militares. Vale salientar ainda, que para além do fenótipo, os termos “negro” e “pardo” ditavam muito mais a posição social do indivíduo na época aqui analisada.

sentido, França (2014) nos explica que geralmente não tinha meios de fugir do recrutamento quando existia a questão de sentar praça de forma forçada, existiam as tentativas, mas muitas eram frustradas. No entanto, o autor ressalta que quando os homens livres e indesejáveis eram assimilados pelo estado, e por consequência eram comandados por alguém com uma patente legalmente reconhecida, abria-se uma janela de oportunidade para que esse indivíduo conseguisse ter uma melhoria de posição social, dessa maneira iam se criando “projetos de liberdades e cidadanias” (França, 2014, p. 36). Além disso, muitos desses pretos assimilados, que integravam os também chamados terços militares, eram igualmente produto de uma cruel estratégia colonialista disfarçada de uma missão civilizatória que selecionava e tutelava alguns indivíduos, a fim, portanto, de reprimir e diferenciar os “maus negros” dos “bons negros” (Silva, 2005).

Ainda, tratando-se da ideia de liberdade para a população de cor inserida na revolução nordestina em Pernambuco, devemos dizer que o imaginário de liberdade era bastante divergente da camada da aristocracia para as camadas populares, aqui colocando em pauta principalmente os escravizados. Nesse sentido, existia um choque desses ideais das partes envolvidas na revolução, uma vez que muitos proprietários de terra e mercadores insatisfeitos com o governo de Caetano Pinto viram no movimento revolucionário uma forma de conseguir reivindicar melhores condições de comercialização. Nisso, Carvalho (2005) nos explica como a defesa dos interesses dos grandes proprietários era terceirizada para os seus cativos e dependentes, movimento esse que foi visto em dezessete e foi continuado durante as lutas de independência na década de 1820. No entanto, é importante enfatizar que tais indivíduos tinham de forma internalizada suas expectativas. Dessa maneira, dentro do contexto da efervescência da insurreição em Pernambuco, a expectativa que devemos colocar em pauta aqui é a abolição da escravidão. Ora, com tantos brados de liberdade em meio ao movimento, podia-se esperar, por parte da população cativa envolvida ainda que de forma forçada, que essa alimentasse esperanças de ser contemplada. Assim, cada grupo lia aquele movimento de uma forma, os escravizados podem ter pensado em liberdade para si; enquanto os seus senhores se ligavam a menos impostos, melhores condições de comércio, cargos etc.

Dentro desse contexto, temos uma figura deveras importante quando falamos da adesão da massa popular negra na revolução. Dessa maneira, tal personagem

deste episódio é lido como sendo um grande agitador popular e conseguia de forma assustadora - pelo menos para as elites dirigentes -, cativar a população negra da época para uma causa. Pedro da Silva Pedroso, o qual teve, naquele 6 de março, notório destaque, não é um participante da Revolução que é amplamente conhecido, mas foi um expoente considerável dentro do movimento, sendo denominado também de Robespierre pernambucano, em alusão ao participante ativo da Revolução Francesa (Silva, 2017).⁵ A trajetória de Pedroso é um ponto de análise bastante interessante quando refletimos até onde um homem de cor consegue chegar dentro de uma sociedade imersa num contexto de violência atroz para com a população negra. Nascido em fins do século XVIII em 1770, Pedroso ganhou notoriedade dentro do âmbito militar, o qual sentou praça de soldado na artilharia do Recife, se tornando posteriormente sargento, tenente e capitão do regimento da cidade em 1816 (França, 2013 apud. Silva, 2003).

Ainda, a atuação de Pedroso em dezessete, além de reunir apoio e entusiasmar “a sua gente” para lutar pela causa, teve um desempenho militar destacável, assegurando a vitória dos revolucionários com a tomada de uma das pontes logo nas primeiras horas do conflito ocorrido na cidade do Recife (França, 2013). Em documento referente à sua participação na dita “devassa”, é lido pelos acusadores como “cabeça da revolta”, mas nos vale questionar até que ponto, uma vez que já foi levantado aqui, como ficou dividida a administração coletiva da república, composta por quem de fato encabeçou a revolução. Ainda, o documento aponta as afrontas de Pedroso para com o sistema e também o rei, o descrevendo como “Premeditador da revolução, e insultador do Real Decoro, blasfemando contra a sagrada pessoa de V. M.”⁶. Nesse sentido, é perceptível para nossa interpretação, o temperamento radical do capitão, questão essa também enfatizada por França (2013).

Sobre a figura dada como agitador da população de cor tal qual era conhecido Pedro da Silva Pedroso, cabe dar ênfase aqui ao impacto que teve os episódios ocorridos em São Domingos na observação das movimentações da

⁵ Não concordamos com tal denominação, uma vez que estamos falando de um contexto em que se tentava desvencilhar-se das amarras européias, no presente contexto, deve-se valer portanto de uma análise que negue tais tipos de espelhamentos. Sendo assim, é importante colocar nossos heróis como sendo originais e únicos da nossa história.

⁶ Acervo Digital da Biblioteca Nacional. Defesa apresentada por Pedro da Silva Pedroso, indiciado na devassa da rebelião de Pernambuco, 1817. Original: I-31,01,013-manuscritos. Disponível em: [cmc_ms618_08_13.pdf \(bn.br\)](http://cmc_ms618_08_13.pdf(bn.br))

população negra durante a instauração da campanha republicana em Pernambuco. Nesse sentido, existia um temor latente de uma possível “haitianização”, termo usado por Carvalho (2005). No entanto, ainda que reforçado após as movimentações na Bahia e em Pernambuco em 1814, tal sentimento não era oriundo do período oitocentista. Acerca disso, Alain El Youssef (2009) nos revela que desde a sua eclosão, o episódio foi motivo para receio de um espelhamento na América portuguesa. O autor explica que tal apreensão vitimava principalmente as províncias do norte, sobretudo nas regiões fronteiriças, já nas demais regiões, o contato com as informações acerca do ocorrido em São Domingos não ecoavam tanto. No que se refere a Pernambuco especificamente, uma carta de Luiz do Rego Barreto - governador da província após a repressão de dezessete -, mostra como a figura dos homens de cor dentro do movimento era interpretada e associada aos acontecimentos na ex-colônia francesa. Ele relata que

Não foram todos os negros, nem todos os mulatos que os que tomaram o partido dos rebeldes e se uniram a eles; porém, dos homens destas cores, aqueles, que abraçaram à causa dos rebeldes, abraçaram-na de um modo excessivo e insinuante, e fizeram lembrar com frequência aos moradores desta capitania as cenas de São Domingos⁷

Ainda, acerca das questões envolvendo a abolição da escravidão, essas acabaram sendo mais um ponto em que a ideia de liberdade difundida durante a revolução entrasse em cheque, ou seja, é deveras questionável a quem servia esse clamor por liberdade. Dessa maneira, Leite (1984) nos explica que a ideia das elites revolucionárias era fazer uso das forças populares, mas essa, uma vez que o movimento foi bem sucedido, deveria retornar ao seu lugar de submissão. Sendo assim, devemos assumir que isso se aplica principalmente aos indivíduos escravizados, uma vez que, o governo instaurado não enxergava esses indivíduos e estava a serviço dos seus senhores, que eram totalmente avessos à ideia de uma abolição. Prova disso, é uma proclamação feita pelo governo provisório colocando em pauta a questão da escravidão. No documento, o qual é assinado pelo Padre João Ribeiro Pessoa, por Domingos José Martins e Manuel Corrêa de Araújo, diz

⁷ Memorial do dia seguinte: a Revolução de 1817 em documentos da época. Organizadores: Evaldo Costa, Hildo Leal da Rosa, Débora Cavalcantes. Recife: Arquivo Público Estadual; Cepe, 2018. P.P 90-93.

que “a base de toda sociedade a sociedade regular hé a inviolabilidade de qualquer espécie de propriedade”.⁸

Dessa maneira, os pontos levantados por Leite (1984) aqui são justificados, uma vez que a população das classes menos abastadas, com isso, as pessoas de cor escravizadas envolvidas na revolução eram convenientemente parte dela durante os processos da tomada do poder, uma vez que o objetivo é alcançado, esses voltam imediatamente à condição de “propriedade”. O documento continua, enfatizando que a emancipação acontecerá, no entanto, essa deverá ser “lenta, regular, e legal”. O interessante a se observar nessa proclamação, é que ela é endereçada praticamente apenas para os senhores de escravizados, não para todos os indivíduos da então república, inclusive os homens de cor livres e os escravizados envolvidos na revolução. Dessa maneira, nos parece que é basicamente uma forma de acalmar os ânimos de quem temia sofrer baixas. Prova disso, é que ao fim do documento, o governo procura deixar evidente a sua idoneidade, solicitando aos seus patriotas para crer em sua palavra, pois “ella hé inviolável”.

No que diz respeito à represália para com a população de cor envolvida no episódio do 6 de março de 1817, podemos dizer que fora consideravelmente mais truculenta. Nesse sentido, diante da época e das condições as quais estavam submetidos os negros escravizados, livres e libertos da província pernambucana, podemos considerar que as ações desses tiveram uma pesagem muito maior. Além disso, os homens negros envolvidos na revolução foram usados como linha de frente uma vez que as tropas legalistas chegaram para dissolver o movimento. Tratando-se das prisões, Araújo (2007) nos apresenta alguns dados de negros presos durante a repressão da insurreição, os quais de 345 homens presos, 58 eram homens de cor, sendo esses 41 pardos e 17 pretos. Dentre os pardos, a autora nos esclarece que 24 eram solteiros, 11 eram casados, 2 viúvos e 3 cativos. No que diz respeito aos pretos, esses consistiam em 4 solteiros, 9 casados, 1 viúvo e 3 cativos. Desses a maioria residia no Recife ou nas imediações como Muribeca, Jaboatão e Cabo.

Indo um pouco mais a fundo sobre esses indivíduos que sofreram reclusão junto dos outros “patriotas”, há evidências que nos elucidam as prisões e destinos

⁸ Correio Braziliense, nº 109, junho de 1817, p. 618

desses. Nesse sentido, um documento intitulado *“mappa curiôzo que contem os nomes dos individuos abrangidos na revolta de Pernambuco perpetrada a 6 de março de 1817”*⁹ nos fornece uma riqueza de informações deveras relevantes para entender quais fins levaram alguns dos prisioneiros ditos homens de cor na revolução. Em primeiro plano, a primeira observação que pôde ser feita foi com relação à idade desses prisioneiros, visto que dos 54 que consta a idade, a maioria, representados aqui por 40 indivíduos, tinham mais de 30 anos. Antagônico a isso, os homens que representam menor quantidade são os que têm acima de 60 anos, esses aqui representados por 4 prisioneiros. Ainda, é interessante analisar as localidades onde mais ocorreram essas prisões, sendo a maioria delas em Recife, coração da revolução, e em segundo lugar, Ipojuca, o qual Mota (2021) nos esclarece que fora uma localidade bastante usada e explorada pelas forças rebeldes durante o processo da campanha revolucionária.

Acerca dessas pessoas de cor presas durante dezessete, é importante que não os enxerguemos apenas como números e dados para fins de uma análise historiográfica. Nesse sentido, existiram, para além de Pedro da Silva Pedroso, outros destaques dentro da população cativa, como é o caso de José do Ó Barbosa, o qual era Alfaiate e fora o primeiro a confeccionar a bandeira da nova república, a qual hoje é a bandeira do estado de Pernambuco; Francisco Dornelas Pessoa, irmão de José, o qual atuou como capitão dos pardos e também alfaiate; Henrique Valentim Ribeiro, o qual foi membro da guarda pessoal do Padre João Ribeiro de Mello Montenegro; dentre muitos outros. Dessa maneira, Luiz Geraldo da Silva (2017) nos explica que, esses indivíduos aparecem de maneira considerável nas documentações e são um bom ponto de análise. No entanto, são poucos os historiadores que notaram a sua existência, não por falta de pista para investigações que esses tenham deixado, mas porque não existe o interesse de questionar e problematizar esses personagens dentro da história local e nacional.

4. Os esquecidos na data magna: a falta da ampla difusão sobre figuras populares da revolução na educação patrimonial sobre dezessete

⁹O documento em questão está contido e é citado em ARAÚJO, Op. Cit., pp. 61-68. Não conseguimos localizar este diretamente.

Dentro das questões envolvendo dezessete, temos um esforço para o apagamento ou minimização desse episódio chave na construção de um processo emancipatório e efervescência de pensamentos republicanos em terras brasileiras. Dessa maneira, temos como exemplo a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838, o qual tem uma historiografia que minimiza os movimentos acontecidos no norte-nordeste, como bem coloca Brasilino (2021). Tais esforços de uma tentativa de olvidar movimentos extremamente importantes para a história nacional são encabeçados e perpetuados durante o século XIX e XX, principalmente por historiadores do centro-sul do Brasil, sendo um deles, Francisco Adolfo Varnhagen, o qual Mello (1986) faz algumas críticas quando nos esclarece sobre a desqualificação de dezessete difundida por Varnhagen. Além disso, Breno Gontijo de Andrade (2018) nos explica que Varnhagen, sendo um homem do império, teria certa empatia pela família real, o que nos esclarece o desprezo desse por dezessete, uma vez que foi um movimento que propôs a separação do Brasil das garras lusitanas. Na sua “História Geral do Brasil”, Francisco Adolfo de Varnhagen (Visconde de Porto Seguro) chegou a dizer:

Eis que uma revolução, proclamando um governo absolutamente independente da sujeição à corte do Rio de Janeiro, rebentou em Pernambuco em março de 1817. É assunto para o nosso ânimo tão pouco simpático que, se nos fora permitido passar sobre ele um véu, o deixaríamos fora do quadro que nos propusemos traçar... (Varnhagen, 2023 pp. 2712-2714)

Varnhagen não parou por aí. Ainda disse: “Sabemos que está na moda adular os anais pernambucanos com a proeza dessa revolução”. E completou: “vão decorridos já quarenta anos depois desta insurreição, e os sucessos narrados com pouco exame a vão convertendo em um mito heroico de patriotismo, não brasileiro, mas provincial, sem fundamento algum”.

Nesse sentido, tais empenhos deste e de outros historiadores contribuem para uma atribuição de dezessete como sendo um movimento de caráter unicamente regional ou local, centralizando as exemplares lutas políticas e sociais na região sul do Brasil. Diante disso, Mello (2004) irá argumentar sobre a importância de tais movimentos dentro da luta da independência contra as amarras portuguesas, sendo as movimentações de 1817 um grande passo para a concretização desse objetivo. Ainda é possível identificar o impacto e a influência

dessa historiografia sulista a qual desqualifica a revolução, uma vez que a inconfiência mineira é tratada como um grande episódio nacional, tendo um herói ovacionado como verdadeiro mártir da luta republicana, quase que referido como um cristo brasileiro, quando falamos então de Tiradentes. Assim, ainda que a história de Pernambuco se confunda com a história nacional, a discriminação historiográfica e que foi difundida para a grande massa, a coloca em lugar de menor importância. Nesse sentido, quando nos ensina sobre o conceito de história, Walter Benjamin esclarece-nos que

O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história. Sem dúvida, somente a humanidade redimida poderá apropriar-se totalmente do seu passado (Benjamin, 1987, p. 223).

Assim, valendo-se disso, é importante que a história não seja ranqueada em grau de fatores de maior ou menor relevância, acreditamos todos tem o seu impacto dentro de um contexto. Ainda, dentro da questão de memória, Le Goff (1990) nos aponta que os esquecimentos e os silenciamentos da história descortinam os mecanismos de tentativas de manipulação de memória coletiva, ou seja, reforça-se que a minimização da importância da revolução para a história nacional pode ser também entendida como um projeto bem delineado de construção de heróis nacionais centralizados numa parte do país.

Nesse sentido, quando falamos da revolução de 1817, é comum que as pessoas remetam-se frequentemente à ela enquanto “revolução pernambucana”, não levando em consideração as outras províncias do norte que fizeram adesão massiva ao movimento, tais como o exemplo da Paraíba. Nesse sentido tal questão também deve ser problematizada, uma vez que, assim como o centro-sul se apropria da história nacional, Pernambuco acaba por ofuscar a luta de outras províncias no processo aqui em questão, ainda que essas tenham sido importantes dentro deste. Indo um pouco mais a fundo na temática, voltando-se agora para os personagens do episódio acontecido na cidade do Recife e outras regiões do entorno da capital Pernambucana, podemos afirmar que existe uma falta de conhecimento dentro do imaginário popular acerca das questões mais específicas deste movimento.

Diante disso, vimos a partir das palavras de Luiz Geraldo Silva (2017), que existem personagens extremamente relevantes no desdobramento da revolução, mas que pouco são contemplados pela historiografia específica sobre esse momento ímpar da história pernambucana, nordestina e nacional. Dessa forma, o entendimento na maioria das vezes é sobre uma revolução de caráter emancipatório, no entanto, os interesses depositados dentro do bojo da revolução acabam por ficar homogêneos, levando a crer que todos os envolvidos caminhavam para a mesma direção e com interesses uníssomos.

Acerca disso, é preciso refletir sobre como tais movimentações são difundidas para a sociedade geral, nos diversos espaços educativos, sejam eles escolas ou museus. Em vista disso, se voltando especificamente para a questão do museu, é certo afirmar que esses são espaços de memória e educação patrimonial de um povo. Assim sendo, como bem coloca Mário Chagas (2013, p. 29) “Museu, memória e patrimônio configuram campos independentes, ainda que articulados entre si”. Dessa maneira, traremos aqui como exemplo um dos mais novos museus do Recife, o Memorial da Democracia de Pernambuco Fernando Vasconcelos Coelho, o qual fica localizado na zona norte da cidade, no bairro de Casa Amarela, especificamente no Sítio Trindade. No espaço, que foi aberto em 2022, encontramos um acervo de peças, quadros e personagens bastante pertinentes para a história pernambucana. Na sala destinada às lutas emancipacionistas do século XIX, no espaço voltado para 1817, podem-se observar alguns pontos que chamaram a atenção e que devem ser problematizados. Uma vez que se trata de um espaço novo e pensado - ou pelo menos deveria - a partir de uma ótica historiográfica que seja mais inclusiva. Dessa maneira, deparamos, principalmente na parte destinada à revolução, com uma história que novamente não se preocupa em inovar e trazer figuras outrora negligenciadas.¹⁰ Nessa direção, temos exposto neste espaço, por exemplo, uma imagem da primeira bandeira de Pernambuco, (anexo I) a qual é a vigente e que fora a flâmula da revolução em 1817. No entanto, não existe nenhuma menção ao confeccionador do maior símbolo de resistência da efêmera república, o pardo José do Ó Barbosa, como já fora mencionado anteriormente. Além disso, numa das placas explicativas sobre os movimentos separatistas do XIX (anexo II), na parte destinada à dezessete, é reproduzido justamente um discurso que

¹⁰ Visita feita ao Memorial da Democracia de Pernambuco Fernando Vasconcelos Coelho no dia 02 de março de 2024, às 14h30.

tentamos durante toda nossa discussão, quebrar, o qual coloca os ideais das partes envolvidas na revolução enquanto algo homogêneo, o que também aqui foi posto como algo especialmente questionável, principalmente quando observamos a quem estava a serviço o governo provisório após a vitória dos rebeldes. Além disso, tal painel informativo contido no memorial ainda coloca a abolição da escravidão como sendo uma das prioridades da causa, quando na verdade sabemos e reiteramos que existia uma pressão da elite agrária que procurou inibir tais decisões advindas do novo governo, o qual por sua vez, acata e reforça seu compromisso para com os senhores de escravizados.

Nessa conjuntura, acaba que o instrumento educativo o qual deveria ser o museu, neste caso, termina por ser um disseminador de uma perspectiva que reforça algo que é fomentado há muito tempo como a criação da emblemática data magna no estado de Pernambuco. Nesse sentido, tal data é lida como o dia de celebração de um povo que lutou bravamente contra as amarras realistas e conseguiu, ainda que brevemente, a independência e a instauração da república. No entanto, pouco se é difundido sobre os interesses obscuros por trás da cortina de tal peça teatral estrelada pelos grandes heróis. Mas não entendamos mal, nosso ponto aqui em hipótese alguma é colocar a revolução de 1817 em lugar de vilania, pois essa foi uma movimentação deveras relevante dentro do cenário nacional, mas é importante que sejam problematizados alguns aspectos dessa. Tais pontos são justamente as intenções da elite para com a adesão das camadas populares na revolução e como essa classe mais abastada rouba o protagonismo desses agentes da população dentro do imaginário vigente acerca dessa temática. Além de tais questões, é importante enfatizar que dentro do espaço escolar acaba-se por se reverberar acepções acerca desse episódio numa perspectiva que em muitos casos terminam não tendo o devido cuidado sobre tais discursos e pontos de vista. Nesse sentido, é pertinente se valer do que nos diz Gago (2020) quando ressalta o quão proveitoso é o uso das fontes em sala de aula, o que abre um leque de possibilidades para o historiador docente trazer uma nova perspectiva para determinado assunto. Vimos que, segundo Silva (2017), as fontes sobre esses personagens existem, talvez não em abundância, mas dão diversos caminhos para investigar em sala de aula a atuação das gentes do povo no emblemático 6 de março de 1817 e como se sucederam suas participações. Sendo assim, postulamos que cabe ao professor de história a função de esmiuçar as principais motivações

que levaram à eclosão da revolta em março de 1817, sim, mas colocando a classe popular em lugar mais destacável e não homogeneizada aos anseios da elite.

Ainda, é pertinente também que o docente busque formas de passar de maneira didática e verossímil a inserção e a participação das camadas populares dentro desse movimento, no intuito de fazer com que os discentes compreendam o comportamento e a importância dessas no processo. Dessa maneira, existem muitos tipos de abordagens que favorecem o professor na busca por um ensino de história que seja mais inclusivo e representativo. Além disso, vale ressaltar a importância de tal exercício no processo de literacia histórica (Lee, 2016), o qual é fundamental para colocar uma nova ótica na visão de mundo do aluno. Ainda, tal exercício é importante para criar o que Jorn Rüsen (2015) chama de orientação histórica, a qual, dentre as suas funções, tem a “força romper com tradições”. Tradições essas, em nosso caso, que perpetuam um apagamento de agentes tão importantes na história local e nacional.

5. Considerações finais

Diante do que foi discutido e refletido no presente trabalho, podemos afirmar que a história do Brasil é repleta de personagens emblemáticos que contribuíram de forma realmente significativa na sua trajetória desde a colônia, principalmente durante o final do século XVIII e também no século XIX, quando o sentimento de emancipação política se acentuava. Diante disso, os historiadores que produziram sobre esses episódios acabaram por notar a importância e contribuição dessas movimentações na edificação das lutas pela independência e posteriormente por uma construção de identidade nacional. A partir do exposto, percebemos como a revolução de 1817 em Pernambuco tem o seu devido destaque dentro desse bojo de movimentos sociais.

Assim, a participação das massas populares dentro da revolução foi de extrema importância para que a voz das insatisfações que marcaram tal episódio ecoasse mais alto. No entanto, quando analisamos as produções historiográficas, tais pessoas acabam sofrendo, na maioria das vezes, um apagamento e são pouco aproveitadas. É certo que, segundo França (2015), muitos desses indivíduos, por serem pertencentes a essas camadas, não deixaram rastros na história como os grandes heróis. No entanto, é de grande pertinência voltar a atenção para esses

agentes da história, no intuito de entender a questão da sua consciência política em tempos de espasmos sociais, uma vez que existiam pessoas pertencentes a essa “classe” que tinham suas leituras do contexto em que viviam, aqui, se tratando das tensões em 1817 (Mota, 2021). Inclusive, gostaríamos de ter trabalhado com mais fontes dentro da nossa exposição. No entanto, além da documentação específica sobre a temática não ser tão abundante, estando muitas das vezes como um dos espectros das fontes sobre a revolução, não foi possível ter acesso ao acervo do APEJE (Arquivo Público Jordão Emerenciano), uma vez que tiveram algumas dificuldades de comunicação para ser realizada a nossa pesquisa neste.

Ainda, enxergar o escravizado inserido dentro dos processos da revolução é fundamental para que consigamos entender a posição destes diante de contextos em que expressavam de alguma forma as suas expectativas frente ao que a população cativa entendia como “liberdade”, palavra essa que fora amplamente usada durante o processo. Ainda, tal reflexão é pertinente para colocar em pauta como a sociedade escravocrata assumia a sua fragilidade em certo ponto, uma vez que o haitianismo expõe tal vulnerabilidade. Além disso, é preciso que se explore as figuras negras que tiveram destaque na insurreição, tal como Pedro da Silva Pedroso, que dispôs de notório desempenho militar naquele 6 de março de 1817. Dessa forma, tal exercício nos auxilia até mesmo para que entendamos os diversos espaços ocupados por estes, uma vez que tínhamos capitães, soldados e artesãos negros que, mesmo perante a uma sociedade como a do século XIX, procuravam ascender socialmente de alguma forma.

Dessa maneira, ainda que a revolução de 1817 em Pernambuco tenha sofrido apagamentos na história, e por conseguinte, as pessoas simples nela envolvidas terminem por ser ainda mais negligenciadas, é importante que, assim como procuramos neste trabalho, comecemos a dar voz a essas. Assim sendo, ao nosso ver, é pertinente a inserção dessa perspectiva da revolução nos diversos âmbitos de aprendizagem da grande massa, não deixando esses personagens e suas motivações relegados aos espaços seletivos de pesquisa acadêmica. Dessa forma, a “população” também vira protagonista de uma história que ela ajudou a escrever.

6. Referências bibliográficas

ANDRADE, B. G. **DUZENTOS ANOS DE 1817: CAMINHOS HISTORIOGRÁFICOS E ALGUMAS DISCUSSÕES SOBRE A REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA.** Sæculum – Revista de História, v. 36, n. 36, 2018.

ARAÚJO, Clara Maria de. **Governadores das Nações e Corporações: cultura política e hierarquias de cor em Pernambuco (1776-1817).** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: _____ **Magia e Técnica, Arte e Política - ensaios sobre literatura e história da cultura.** Obras escolhidas, volume I, 2ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

BLUTEAU, Rafael. SILVA, Antônio Moraes de. **Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva** natural do Rio de Janeiro (Volume 1: A - K)

BRASILINO, Carla Viviane Moreira. **O RECIFE COMO ESPAÇO EDUCATIVO E A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: uma proposta de ensino sobre a Revolução Pernambucana de 1817.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

CADENA, Paulo Henrique Fontes. **Ou há de ser cavalcanti, ou há de ser cavalgado: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (1801-1844).** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

CHAGAS, Mário. **Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação.** In TOLENTINO, Bezerra Átila. Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. João Pessoa: IPHAN, 2013. pp. 27-31.

CARVALHO, Marcus J. M. de. **Os negros armados pelos brancos e suas independências no Nordeste (1817 – 1848)**. In: JANCSÓ, István. *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: HUCITEC, 2022, pp. 881 – 914.

FRANÇA, Wanderson Édipo de. **O SERVIÇO DAS ARMAS, AS GENTES DO POVO E OS ESCRAVIZADOS: Pernambuco na época da Independência (1817-1824)** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

FRANÇA, Wanderson Édipo de. **GENTE DO POVO EM PERNAMBUCO: da Revolução de 1817 à Confederação de 1824**. CLIO – REVISTA DE PESQUISA HISTÓRICA – nº 33.1 ISSN 0102-9487

FRANÇA, Wanderson Édipo de. **Pedro da Silva Pedroso: entre ser um déspota e desvairado ou um imortal e pai da Pátria – Pernambuco, 1823**. Revista Tempo Histórico. Vol.5 – Nº 1. (2013) ISSN: 2178-1850

GAGO, Marília. **A aula-oficina na caminhada de aprender a ser professor de História**. Roteiro [online]. 2020, vol.45, e21736. Epub 17-Jun-2020. ISSN 2177-6059. <https://doi.org/10.18593/r.v45i0.21736>.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. Tradução: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HESPANHA, Antônio Manuel. Antigo Regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português. In: FRAGOSO, João e GOUVÊIA, Maria Fátima de. **Na Trama das Redes Política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 2010. pp. 42-97.

LEE, Peter. **Literacia Histórica e História Transformativa**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 60, p. 107-146, abr./jun. 2016

LEITE, Glacyra Lazzari. **A Insurreição Pernambucana de 1817**. Coleção Tudo é História, vol. 87. São Paulo: Brasiliense, 1984. 85 pp.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824**. São Paulo: Todavia, 2022. 259 pp.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986

MOTA, Carlos Guilherme. **A Ideia de Revolução no Brasil e outras ideias**. São Paulo: Editora Globo, 2008.

MOTA, Carlos Guilherme. **Nordeste 1817: estruturas e argumentos**. 2. ed. rev. - São Paulo: Perspectiva: Edições sesc, 2021.

REIS, João José. **Há duzentos anos: a revolta escrava de 1814 na Bahia**. Topoi (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 15, n. 28, p. 68-115, jan./jun. 2014.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da História: uma teoria da história como ciência**. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

SILVA, Clécia Maria da. **Pedro da Silva Pedroso e a Pedrosada de 1823: descontentamento, insubordinação e motim**. XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia, Brasília, 2017. ISBN: 978-85-98711-18-8.

SILVA, Luiz Geraldo. **Aspirações Barrocas e Radicalismo Ilustrado. Raça e nação em Pernambuco no tempo da independência (1817-1823)**. In JANCSÓ, István. **Independência: História e Historiografia**. São Paulo: HUCITEC, 2022, pp. 916-934.

SILVA, Luiz Geraldo. **Afrodesscendentes livres e libertos foram centrais para a revolução de 1817**. Entrevista cedida a João Vitor Santos. Revista do Instituto Humanitas Unisinos, edição 512. Rio Grande do Sul, 950. Disponível em: IHU

Online - Afrodescendentes livres e libertos foram centrais para a revolução de 1817 (unisinus.br) acesso em: 29/02/2024.

SIQUEIRA, Antônio Jorge. **Os padres e a teologia da ilustração. Pernambuco – 1817**. Recife: CEPE, 2022, p. 162.

TAVARES, Francisco Muniz. **História da revolução de Pernambuco em 1817**. 5ª ed. Recife: Editora CEPE, 2021.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. 1998. São Paulo: Companhia das Letras, 528.

TOLLENARE, Louis-François de. **Notas dominicais**. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. v. 11, n. 61, pp. 352-516. Recife: 1904.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História Geral do Brasil**. Tomo V. Brasília: Senado Federal, 2023, pp. 2712 – 2714.

VILLALTA, Luiz Carlos. **Pernambuco, 1817, “encruzilhada de desencontros” do Império luso-brasileiro. Notas sobre a ideia de pátria, país e nação**. Revista USP. n. 58, pp. 58-91. São Paulo: junho/agosto, 2003.

YOUSSEF, Alain el. **Haitianismo em perspectiva comparativa: Brasil e Cuba (sécs. XVIII-XIX) In: 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. 3, 2009. Anais [...] Curitiba, 2009. ISBN: 978-85-61022-23=5.

7. Documentos

Acervo Digital da Biblioteca Nacional. Defesa apresentada por Pedro da Silva Pedroso, indiciado na devassa da rebelião de Pernambuco, 1817. Original:I-31,01,013-manuscritos. Disponível em: [cmc_ms618_08_13.pdf](#) (bn.br)

Biblioteca Nacional, Documentos Históricos, Volume CIV, documento 166

BIBLIOTECA NACIONAL (BRAZIL. Documentos historicos, 1955 [s.l: s.n.].

Biblioteca Nacional, Documentos Históricos, Volume CI, documento 87

Biblioteca Nacional, Documentos Históricos, Volume CIV, documento 149

Biblioteca Nacional, Documentos Históricos, Volume CIV, documento 188

Correio Braziliense, nº 109, junho de 1817.

Memorial do dia seguinte: a Revolução de 1817 em documentos da época.
Organizadores: Evaldo Costa, Hildo Leal da Rosa, Débora Cavalcantes. Recife:
Arquivo Público Estadual; Cepe, 2018. P.P 90-93.

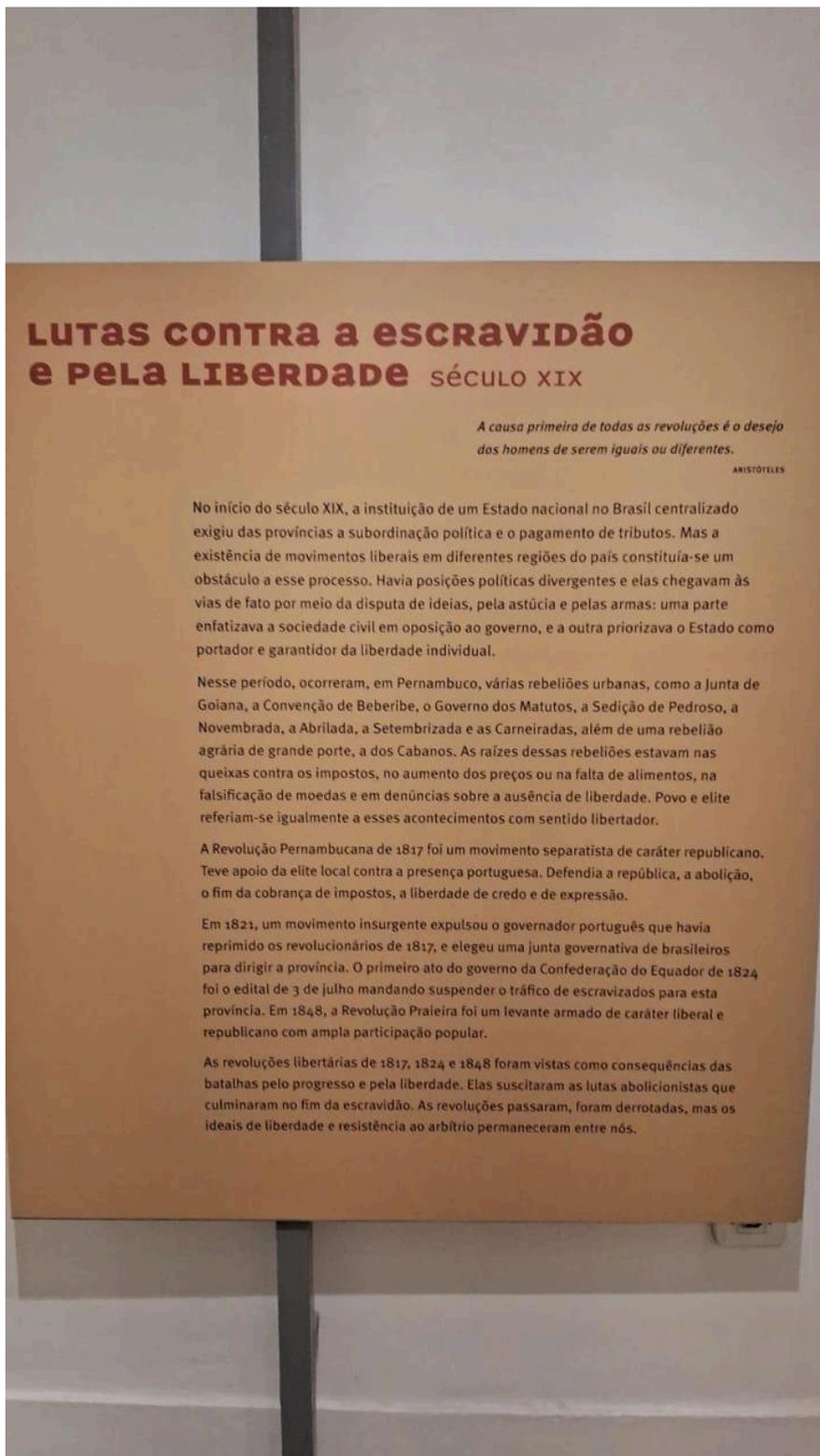
8. Anexos.

Anexo I



Primeira bandeira de Pernambuco contida no acervo do Memorial da Democracia Fernando Vasconcellos Coelho.

Anexo II



LUTAS CONTRA a ESCRAVIDÃO e PELA LIBERDADE SÉCULO XIX

*A causa primeira de todas as revoluções é o desejo
dos homens de serem iguais ou diferentes.*

ARISTÓTELES

No início do século XIX, a instituição de um Estado nacional no Brasil centralizado exigiu das províncias a subordinação política e o pagamento de tributos. Mas a existência de movimentos liberais em diferentes regiões do país constituía-se um obstáculo a esse processo. Havia posições políticas divergentes e elas chegavam às vias de fato por meio da disputa de ideias, pela astúcia e pelas armas: uma parte enfatizava a sociedade civil em oposição ao governo, e a outra priorizava o Estado como portador e garantidor da liberdade individual.

Nesse período, ocorreram, em Pernambuco, várias rebeliões urbanas, como a Junta de Goiana, a Convenção de Beberibe, o Governo dos Matutos, a Sedição de Pedroso, a Novembrada, a Abrilada, a Setembrizada e as Carneiradas, além de uma rebelião agrária de grande porte, a dos Cabanos. As raízes dessas rebeliões estavam nas queixas contra os impostos, no aumento dos preços ou na falta de alimentos, na falsificação de moedas e em denúncias sobre a ausência de liberdade. Povo e elite referiam-se igualmente a esses acontecimentos com sentido libertador.

A Revolução Pernambucana de 1817 foi um movimento separatista de caráter republicano. Teve apoio da elite local contra a presença portuguesa. Defendia a república, a abolição, o fim da cobrança de impostos, a liberdade de credo e de expressão.

Em 1821, um movimento insurgente expulsou o governador português que havia reprimido os revolucionários de 1817, e elegeu uma junta governativa de brasileiros para dirigir a província. O primeiro ato do governo da Confederação do Equador de 1824 foi o edital de 3 de julho mandando suspender o tráfico de escravizados para esta província. Em 1848, a Revolução Praieira foi um levante armado de caráter liberal e republicano com ampla participação popular.

As revoluções libertárias de 1817, 1824 e 1848 foram vistas como consequências das batalhas pelo progresso e pela liberdade. Elas suscitaram as lutas abolicionistas que culminaram no fim da escravidão. As revoluções passaram, foram derrotadas, mas os ideais de liberdade e resistência ao arbítrio permaneceram entre nós.

Placa informativa acerca das lutas revolucionárias durante o século XIX. Peça incluída no acervo do Memorial da Democracia Fernando Vasconcellos Coelho.